



**CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

**LEI COMPLEMENTAR Nº 256/1998**

Ementa

**INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO.**

Data da Norma

**31/08/1998**

Data de Publicação

**04/09/1998**

Veículo de Publicação

**Imprensa Oficial do Município**

Matéria Legislativa

**[Projeto de Lei Complementar nº 407/1997](#) - Autoria: Silvana Cássia Ribeiro Baptista**

Status de Vigência

**Revogada**

Observações

**Veto Total Rejeitado**

**Autor: SILVANA CÁSSIA RIBEIRO BAPTISTA**

Histórico de Alterações

**Data da Norma**

**06/10/2005**

**Norma Relacionada**

**[Lei Complementar nº 429/2005](#)**

**Efeito da Norma Relacionada**

**Revogada por**



*Am*

(Proc. 23.155)

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 256, DE 31 DE AGOSTO DE 1998**

Institui o Programa de Incentivo ao Aleitamento Materno.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, conforme a rejeição de veto total pelo Plenário em 25 de agosto de 1998, promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º É instituído o Programa de Incentivo ao Aleitamento Materno, respeitado o disposto no § 3.º do art. 8.º da Lei federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), do qual poderá participar toda mulher:

I - que amamentar filho desde o nascimento até a idade de 8 (oito) meses:

II - que residir no Município desde a data de nascimento da criança; e

III - cuja renda familiar seja de até 3 (três) salários mínimos.

Parágrafo único. O Programa é constituído de:

a) visitas de orientadoras de saúde para orientação sobre:

1. amamentação;
2. higiene;
3. prevenção do câncer de mama;

b) fornecimento mensal de 1 (uma) cesta básica de alimentos durante o período de amamentação, prioritariamente com produtos que auxiliem a lactação materna, à exceção do leite em pó.

Art. 2.º O disposto na letra b do parágrafo único do artigo anterior poderá contar com a cooperação da iniciativa privada, pelo que ser-lhe-á concedido desconto no Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU do valor de aquisição das cestas básicas fornecidas, até o limite de 100 (cem) cestas, a ser regulamentado pelo Executivo.

Art. 3.º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

★

*Art*  
*Am*



(Lei Complementar nº. 256/98 - fls. 2)

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em trinta e um de agosto de mil novecentos e noventa e oito (31.08.1998).

  
ORACI GOTARDO  
Presidente

Registrada e publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Jundiaí, em trinta e um de agosto de mil novecentos e noventa e oito (31.08.1998).

  
WILMA CAMILO MANFREDI  
Diretora Legislativa